



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

UM OLHAR ECOLÓGICO SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Luciana Barbosa da Silva Vega¹

Simone dos Santos Paludo²

RESUMO: A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) é uma realidade em diversas regiões e territórios brasileiros. Considerando vários segmentos norteadores dessa violência velada, percebemos que a reflexão sobre o envolvimento de crianças e adolescentes com o mercado do sexo, deve ser priorizada. A literatura aponta diversos territórios e contextos, como as rodovias, a zona portuária, os canteiros de obras, a vulnerabilidade social, as drogas, favoráveis para situações de violação da infância e da juventude. Frente a essa problemática, o presente artigo objetiva problematizar a exploração sexual de crianças e adolescentes sob a perspectiva da Abordagem Bioecológica, ao realizar as conexões pertinentes entre os quatro núcleos do desenvolvimento humano: processo, contexto, pessoa e tempo, e dessa forma, analisar como crianças e adolescentes, vivenciam e estão inseridos diariamente, quanto à estrutura de violência, desde o microsistema ao macrosistema, estabelecendo um olhar sob essa violação e enfrentamento da ESCA.

Palavras-chave: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Educação Ambiental; Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT: The children's sexual exploration and adolescents (ESCA) it is a reality in several areas and Brazilian territories. Considering several segments guiding of that veiled violence, we noticed that the reflection on the children's involvement and adolescents with the market of the sex, it should be prioritized. The literature points several territories and contexts, as the highways, the port area, the construction sites, the social vulnerability, the drugs, favorable for situations of violation of the childhood and of the youth. Front the that problem, the present article aims at to problematize the children's sexual exploration and adolescents under Approach Bioecológica's perspective, when accomplishing the pertinent connections among the four nuclei of the human development: I process, context, person and time, and in that way, to analyze as children and adolescents, they live and they are inserted daily, as the violence structure, from the microsistema to the macrosistema, establishing a glance under that violation and to face of ESCA.

Key words: Sexual exploration of Children and Adolescents; Environmental education; Approach Bioecológica's of the Human Development.

¹ Licenciada em Pedagogia Anos Iniciais pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Mestre em Educação Ambiental e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA/FURG- CEP 96201-900 – Rio Grande – Rio Grande do Sul – Brasil - vegaluciana@hotmail.com

² Psicóloga, Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Vice-coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/FURG). Contato: simonepaludo@yahoo.com.br

Primeiras Considerações

Tratar da exploração sexual é tratar da violação e da privação de uma série de direitos humanos, direitos esses que são garantidos pela legislação brasileira, mas que acabam sendo silenciados quando se verifica que muitos meninos e meninas estão oferecendo o seu corpo, a sua sexualidade e a sua dignidade como mercadoria. A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) representa o estado do não exercício do direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) exalta, em seu artigo 5º, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No entanto, no cenário atual, a coibição dessa prática configura um desafio para a academia, para os governantes, para a sociedade e para as próprias vítimas.

A violência, a desigualdade de poder, os fins lucrativos, o estigma, a vergonha, a vulnerabilidade social, a (des)articulação das redes de proteção, a necessidade de acesso e inclusão ao mundo do consumo podem levar muitas crianças e adolescentes no Brasil a vivenciar diariamente a exploração sexual através de práticas de prostituição, pornografia, de turismo sexual e de tráfico de pessoas para fins sexuais. Conhecer essa realidade e a sua forma de manifestação delimita traços característicos e peculiaridades das mais diversas faces da violência sexual, oportunizando um maior entendimento das situações vivenciadas, tipificando delitos, penas correspondentes e orientando as redes protetivas em suas ações efetivas para o enfrentamento e apoio a tais vítimas. A literatura tem apontado que tal fenômeno atinge, especialmente, as camadas mais pobres da sociedade e está arraigado em redes de exploração bastante estruturadas, alicerçadas pela falta de políticas públicas efetivas e atuantes, pelo descaso de governantes e da sociedade, por uma cultura machista, que não valoriza a mulher, a infância e a juventude, usufruindo de mentes e corpos, para aplacar desejos, poderes autoritários, exercendo sua desumanidade.

A ESCA é uma realidade em diferentes regiões brasileiras, e está associada ao desenvolvimento econômico desenfreado em algumas cidades do nosso país, como também, a total vulnerabilidade social e ambiental em que se encontram muitas das crianças e adolescentes brasileiras.

Assim, o presente estudo pretende analisar o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes sob a perspectiva da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento

Humano, contemplando o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPTC) e problematizar a dinâmica ecológica dessa violência.

Definição de exploração sexual e as suas formas

A exploração sexual de crianças e adolescentes, como uma violação de direitos humanos, tem sido alvo de discussões e problematizações urgentes. Essa mobilização iniciada no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças - Congresso de Estocolmo, Suécia, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ano de 1996, definiu segundo Faleiros que a exploração sexual de crianças e adolescentes, “[...] trata-se de uma prática que envolve troca de dinheiro com/ou favores entre um usuário/intermediário/aliciador/agente e outros que obtém lucro com a compra e venda do uso do corpo das crianças e dos adolescentes, como se fosse uma mercadoria” (2000, p.47).

Alguns autores têm acrescentado importantes contribuições para o entendimento da temática no país quando salientam que, além da relação mercantilista que as pessoas ou as redes de exploração estabelecem com o uso/abuso do corpo de crianças e de adolescentes, existe uma relação de poder para o controle destas (FALEIROS, 2000; LIBÓRIO, 2005). Libório (2005) evidencia que essa violação constitui uma forma de coerção e violência que pode implicar o trabalho forçado e as formas de exploração contemporâneas de escravidão.

Por se tratar de um tema que envolve diversas questões sociais, políticas e culturais, de um mercado violador da infância e da juventude, ilegal e clandestino, a ESCA revela poderes desiguais e relações pautadas na violência. Esse complexo sistema implica alguns entraves ao se delinear conceitos e relações de enfrentamento social dificultando também delimitar um perfil homogêneo das vítimas, de seus aliciadores e das formas de exploração. Leal (1999) elencou quatro diferentes formas de exploração sexual que têm sido corroboradas pela literatura: a pornografia, o tráfico para fins sexuais, o turismo sexual e a prostituição (LIBÓRIO, 2005; OLIVEIRA & MARCON, 2005). De acordo com os pesquisadores, a pornografia envolve um mercado ilegal que se utiliza de imagens (fotografias ou filmagens) com pessoas em cenas que induzem o sexo. Já o tráfico para fins sexuais é referido como uma rede de exportação de crianças e adolescentes para diversas localidades, dentro ou fora do país, e seu intento resume à geração de renda/lucro ao explorar sexualmente suas vítimas. O turismo sexual está relacionado à prática sexual com crianças e adolescentes em locais turísticos, sendo praticada por visitantes de outras cidades, estados e países. A prostituição caracteriza-se pela comercialização da prática sexual com crianças e adolescentes visando fins

lucrativos, envolvendo diferentes exploradores, o cliente, que paga pelos serviços sexuais e os intermediários ou aliciadores, que induzem, facilitam ou obrigam crianças e adolescentes a se prostituírem.

O termo prostituição tem gerado um importante debate na área, uma vez que traz em seu escopo uma escolha por um mercado de trabalho, descaracterizando a relação de violência e de poder exercida pelo adulto (FALEIROS, 2000; CERQUEIRA-SANTOS, MORAIS, MOURA & KOLLER, 2008). Souza e Souza (2009) revisaram uma série de estudos sobre o tema e apontaram as principais controvérsias relacionadas a nomenclatura prostituição infanto-juvenil. Os autores ressaltaram que os estudos anteriores ao ECA evidenciavam uma conotação permeada por estigmas e estereótipos, perspectiva que foi amplamente revisada com a promulgação da doutrina da proteção integral, sendo que a partir desse novo paradigma a prostituição passou a ser vista como uma prática violadora e inaceitável. Correlacionar trabalho e exploração sexual implica em culpabilizar a própria vítima, sua família e seu contexto pela situação que está vivenciando. Sousa (2001) afirma que identificar uma adolescente como uma prostituta significa responsabilizá-la individualmente pela opção de vida e impede, na maioria das vezes, uma mudança no futuro delas. Os rótulos parecem engessar e impedir o desenvolvimento saudável de uma criança e de um adolescente.

Os conceitos da exploração sexual revelam como consenso o fim lucrativo advindo do serviço sexual, de caráter formal¹ ou informal², oferecido pelas crianças e adolescentes, e em determinadas situações, alternando com promessas de favores, mudanças relacionadas ao *status*, a presentes e a propostas de uma nova condição de vida (CERQUEIRA-SANTOS, MORAIS, MOURA & KOLLER, 2008). O fim lucrativo está diretamente interligado a contextos de vulnerabilização da infância e juventude, que os expõe a maior risco. Ao enfatizar a situação em que meninos e meninas, permanecem sob o julgo e o poder desigual de redes de exploração, em um país com profundas diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais, torna-se imprescindível uma reflexão sobre os diferentes fatores que contribuem para a manutenção da ESCA e sobre as ações e as políticas públicas de proteção, defesa e o enfrentamento. Quando uma pessoa encontra-se destituída de proteção às suas necessidades essenciais, um processo de desamparo social, afetivo e material pode ser potencializado e,

¹ Caráter formal de exploração sexual infanto-juvenil: o agenciador tem direitos sobre os lucros advindos dos serviços sexuais oferecidos, e há uma relação mais formal e rígida entre crianças e adolescentes e os clientes finais dos serviços.

² Caráter informal de exploração sexual infanto-juvenil: Quando não existe a terceira pessoa que alicia as crianças e adolescentes. Entretanto, pode haver também uma exploração indireta por parte de cafetões ou de parceiros abusivos, que visam à obtenção de ganhos eventuais com os serviços oferecidos.

progressivamente, pode se configurar em risco social, como a exploração sexual de crianças e adolescentes (LIBÓRIO, 2005).

Diante da complexidade que envolve a ESCA é necessário perfazer as interlocuções presentes nesse circuito de violência privilegiando o olhar ecológico para o tema.

Exploração Sexual na Perspectiva da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Ao analisar a exploração sexual é preciso atentar que a temática seja dirigida para além das pessoas envolvidas, nesse caso para além das crianças e dos adolescentes vítimas da exploração sexual, a fim de considerar também as interações e as transições dessas com outros contextos, dos quais muitas vezes sequer participa, mas que tem influência direta sobre o seu desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário prescindir de uma teoria que permita essas interlocuções como a abordagem bioecológica do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (1979/2002).

O modelo bioecológico propõe que o desenvolvimento humano seja estudado por meio da interação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o tempo e o contexto (NARVAZ & KOLLER, 2004). Nesse âmbito, a ESCA deve ser analisada a partir das propriedades da pessoa, do meio ambiente, da estrutura dos contextos ambientais e dos processos que ocorrem dentro e entre eles devem ser considerados como interdependentes (BRONFENBRENNER, 1979/2002). Quando uma criança ou adolescente é explorada sexualmente são percebidas falhas nos processos proximais que acontecem em diversos contextos protetivos, que percorrem desde o microssistema até o macrosistema, em diferentes momentos do desenvolvimento humano.

Processo

Na abordagem bioecológica, o desenvolvimento humano está intimamente interligado aos processos aos quais os participantes se inserem. O processo é destacado como principal responsável por todo o desenvolvimento (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Para os autores, o desenvolvimento é visto através de processos de interação recíproca que, gradualmente, começam a delinear formas mais complexas e progressivas de relações entre pessoas, objetos e símbolos, em ambientes externos imediatos, constituindo uma evolução biopsicológica. Tais formas duradouras de interações com ambientes imediatos são definidas como processos proximais:

[...] o processo proximal surge através da interação recíproca, complexa e com base regular de pesquisadores, participantes, objetos e símbolos presentes no contexto imediato, constituindo a base de toda investigação que adota a Inserção Ecológica. O processo proximal, além de ser foco da investigação, é o que permite o desenvolvimento da pesquisa. O processo de investigação-no-contexto como proposto pela Inserção Ecológica, envolve o compartilhamento de informações, percepções e sentimentos dentro da equipe, na qual as experiências individuais e os aspectos observados no ambiente são comunicados. Dessa forma, o processo de pesquisa também gera processos proximais no desenvolvimento da própria equipe[...] não somente as pessoas se desenvolvem naquele contexto específico, mas o pesquisador (que se insere diretamente nesse contexto) passa a ter o seu próprio desenvolvimento alterado. (CECCONELLO e KOLLER apud PRATI, COUTO, MOURA, POLETTI & KOLLER, 2003, p.161)

Os processos que vítimas de exploração sexual estão inseridas revelam relações permeadas de violação, que se tornam progressivamente mais duradouras, perpetuando as desigualdades, o desrespeitando direitos e garantias, consolidando um mercado do sexo fácil, sem limites, com a imposição de um poder escravizador.

Pessoa

Ao conceituar a pessoa, Bronfenbrenner e Morris (1998) identificam a existência de características que são determinadas biopsicologicamente e aquelas que se constituem nas interações com o ambiente. Dados sobre as vítimas da ESCA têm sido importantes indicadores sobre a pessoa, uma recente pesquisa ouviu 69 crianças e adolescentes envolvidas com a exploração e identificou que a maioria é menina (96%), parda (57,4%), mora com a família (88,2%) e cerca de 30% não estava estudando (CERQUEIRA-SANTOS, 2009). Considerando que as características da pessoa podem ser construídas a partir da interação com o ambiente, Bronfenbrenner e Morris (1998) ressaltam que o dinamismo ecológico pode ser gerador ou disruptivo para o desenvolvimento. As vítimas da ESCA possuem experiências de vida fundamentadas predominantemente por processos proximais negativos permeados pela violência a que estão submetidas, estando passivas a exploração sexual, aos aliciadores, aos clientes, a toda uma crença ou ideologia, que desrespeita seus direitos, que as estigmatiza e as marginaliza, gerando culpa e sofrimento psíquico. Serpa (2009) identificou que as vítimas de ESCA apresentam sentimentos ambíguos relacionados à prática que estão envolvidas, que vão desde a valorização do lucro até culpa, a vergonha e o estigma.

Contexto

A Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento humano sugere a análise do contexto, para compreender o local onde esse desenvolvimento ocorre, assim como, as interações que se estabelecem entre as pessoas e as redes nos diferentes espaços ambientais.

[...] a influência do ambiente no processo de desenvolvimento difere entre as pessoas em termos de extensão e quanto ao tipo de conseqüências. O ambiente tem papel decisivo no desenvolvimento, sendo compreendido em termos físicos, sociais e culturais. Da mesma forma, a percepção psicológica do ambiente pela pessoa influencia a forma que cada uma se desenvolverá. Esta compreensão supera uma relação linear entre contexto e pessoa, na qual apenas um influencia o outro, que tem sido perpassada em diversas teorias do desenvolvimento humano. A relação entre pessoa e ambiente é multidirecional, com ambos os elementos se interinfluenciando. O ambiente não é concebido simplesmente como uma fonte de estimulações que elicia respostas interdependentes, pois o indivíduo tem um papel ativo e intencional, não se constituindo como elemento isolado. (PRATI, COUTO, MOURA, POLETTI & KOLLER, 2008, p. 162)

O contexto é analisado através da interação dos quatro níveis ambientais, que constitui o ambiente ecológico do indivíduo em desenvolvimento: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema (BRONFENBRENNER, 1979/2002). É no microssistema em que ocorrem as interações face-a-face, bidirecionais, que afetam diretamente a pessoa em desenvolvimento. Bronfenbrenner sugeriu que a família surge como bloco construtor desse microssistema. Se a família não atua com reciprocidade, afetividade e com equilíbrio de poder esse microssistema pode ser disfuncional para o desenvolvimento das pessoas que o compõem. Muitas vítimas da ESCA têm na família o primeiro e, talvez, o maior aliciador na rede de exploração sexual. A família tem mantido e, até incentivado, o envolvimento dos filhos na violência sexual, sendo as mães as principais aliciadoras e a própria casa o local da exploração (ABRÁPIA, 2002; CERQUEIRA-SANTOS, 2009). A justificativa para tais atos é fundamentada na manutenção econômica desse lar, no entanto, essas mães revelam processos proximais disfuncionais que favorecem não só a violação de direitos, mas também relações pautadas na assimetria de poder e na falta de proteção e de afeto. Faleiros (1998) lembra que a violência familiar não é um determinante para o ingresso dos filhos na exploração sexual, mas é uma dimensão de vulnerabilização.

Outros microssistemas podem fazer parte do ambiente ecológico das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente, sendo que o conjunto desses, forma o chamado o mesossistema. Bronfenbrenner (1979/2002) afirma que o mesossistema é ampliado sempre que a pessoa entra em contato com um novo ambiente. Desta forma, o mesossistema das vítimas de ESCA pode consistir nas interações entre a família, a comunidade, a rede de exploração e a rede de proteção existente. Quando as interações entre as vítimas e a rede de

exploração são mais presentes do que as suas relações com a rede de proteção (formada pelo Conselho Tutelar, Polícia, Serviços de Saúde e outros), maior a vulnerabilidade e menor a chance de romper o ciclo de violência.

Já o exossistema refere-se a um ou mais ambientes que não envolvem diretamente a pessoa em desenvolvimento, mas que desempenham influência indireta (BRONFENBRENNER, 1979/2002). A análise exossistêmica da ESCA revela fatores de risco para a sua manutenção. É sabido que a exploração sexual surge integrada as atividades econômicas dos territórios onde ocorrem (FALEIROS, 2000), nesses casos, por exemplo, uma cidade grandes canteiros de obra, atrai uma demanda crescente de mão-de-obra advinda de outros territórios aumentando o risco de situações de ESCA. Outros fatores exossistêmicos também podem ser considerados potenciais para a manutenção desse círculo de violência contra crianças e adolescentes como a utilização de drogas e a presença marcante de aliciadores em sua vida (CERQUEIRA-SANTOS, 2009; LIBÓRIO, 2005).

Por outro lado, o exossistema também pode ser produtor de fatores de proteção. No Brasil, a preocupação com a violência contra a criança e o adolescente ficou evidenciada no ano de 1988 com a Constituição Federal e sancionada através da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Essa mudança exossistêmica concretizou uma transformação significativa na concepção desses, representando-os como objetos de proteção, quanto às normas jurídicas a dignidade sexual. Além disso, uma série de mobilizações tem marcado o enfrentamento a ESCA no país: I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, a participação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas ações de identificação e mapeamento de pontos vulneráveis, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que identifica a ESCA como uma das piores formas de trabalho da criança e do adolescente, a Convenção 182/2000 que retrata a ESCA como uma forma de escravidão moderna e a Fundação da Childhood Brasil (WCF) que desenvolve pesquisas na área visando a proteção de crianças e adolescentes contra a ESCA. A nova Lei nº 12.015/2009 para crimes sexuais reforça a prevenção e o combate dessa violação da infância e da adolescência. Todos os instrumentos legais e dispositivos de defesa criados buscam alguma forma de proteção, mas para que sejam efetivos precisam que o Estado, a família e a sociedade civil estejam atentos aos direitos e a violação desses.

Nessa perspectiva, surge o macrossistema em que crianças e adolescentes estão inseridos e, mais ainda, a prática velada da ESCA, que se encontra pautada em culturas machistas e na vulnerabilidade social, econômica, política e cultural que assola a maioria das

suas vítimas. O macrossistema representa a cultura, a manifestação de padrões globais que conferem ideologias, crenças e instituições sociais em comum (BRONFENBRENNER, 1979/2002).

Ao avaliar a ESCA uma série de fatores podem ser identificados como fatores de risco que aumentam as possibilidades dessa violação na sociedade. Koller e De Antoni (2004) identificam a ausência de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a aceitação cultural da posse da criança e da mulher, a naturalização da violência e a falta de sensibilização da comunidade frente as violações e a exploração sexual como fatores de risco presentes no macrossistema. Machado (2006) acrescenta que a cultura machista e o estigma existente sobre a origem da violência também permitem silenciar a exploração sexual. Essas características culturais fragilizam ações efetivas na proteção das vítimas dessa violação. Para que a sociedade assuma uma posição de enfrentamento é necessário que esteja consciente do seu papel protetor, assim como descrito no próprio ECA, a fim de romper um ciclo de violência que ainda se encontra mascarado. Se a vítima continuar sendo culpabilizada pela própria família, pela comunidade em que está inserida e, até mesmo, pelos próprios serviços de proteção, como será possível tratar de prevenção e atendimento da ESCA? Enquanto as crenças e a cultura favorecerem a violência sexual de crianças e adolescentes todos os outros níveis serão atingidos direta ou indiretamente, evidenciando que as interações produzidas no nível micro, meso, exo e macrossistêmico interferem no desenvolvimento da pessoa, especificamente nesse caso, da criança e do adolescente vítima.

Bronfenbrenner destaca:

O ambiente ecológico é concebido como uma série de estruturas encaixadas uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas. No nível mais interno está o ambiente imediato contendo a pessoa em desenvolvimento. Este pode ser a casa, a sala de aula, [...] O próximo passo [...] nos conduz para fora do caminho conhecido, pois requer que olhemos além dos ambientes simples e para as relações entre eles.[...] essas interconexões podem ser decisivas para o desenvolvimento quanto os eventos que ocorrem num determinado ambiente.O terceiro nível do desenvolvimento ecológico [...] invoca a hipótese de que o desenvolvimento da pessoa é profundamente afetado pelos eventos que ocorrem em ambientes nos quais a pessoa nem sequer está presente.[...] Finalmente, existe um fenômeno notável pertencente aos ambientes em todos os três níveis do meio ambiente ecológico delineado acima...Além disso este esquema pode ser modificado resultando em que a estrutura dos ambientes numa sociedade pode ser nitidamente alterada e produzir mudanças correspondentes no comportamento e desenvolvimento (1979/2002, pg. 5 e 6).

Assim, é fundamental problematizar a teia de relações, que surgem entre os quatro níveis constituintes do ambiente ecológico das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente (sob a perspectiva do desenvolvimento humano). Ao analisar cada nível, é

possível contemplar os microsistemas em que as crianças e adolescentes explorados sexualmente estão imersos, ao mesmo tempo, articulados ao mesossistema e ao exossistema, representados pelas as redes e pelas políticas de proteção que fazem parte do atendimento, defesa e enfrentamento dessa realidade, as quais podem ser protetivas ou não de acordo com as crenças e a cultura macrosistêmica.

Tempo

O último elemento, o tempo, possibilita a análise das mudanças e continuidades ocorridas, ao longo da vida, no desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Segundo Garcia, Silveira e Yunes:

O tempo apresenta-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano. Refere-se as alterações e mudanças no curso de vida, as transições biológicas, ecológicas e sociais, relacionadas a aspectos culturalmente estabelecidos, bem como à ocorrência de eventos históricos que influenciam a dinâmica dos processos entre pessoas e ambientes. (2008, pp. 4 e 5)

O tempo ainda é dividido em microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo envolve as continuidades e discontinuidades das interações nos processos proximais imediatos, já o mesotempo se classifica de acordo com a periodicidade em que os processos proximais e as interações com os ambientes ocorrem e o macrotempo age em uma esfera mais ampla de eventos e expectativas, quanto os processos e interações com os ambientes, em uma amplitude social maior (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998).

A violência sexual quando praticada contra crianças e adolescentes deve ser analisada em um contexto historicamente construído, delimitada por poucos e recentes marcadores de proteção e defesa da criança e do adolescente. Para Serpa (2009), no caso da exploração sexual, é importante analisar a influência do tempo de envolvimento das adolescentes e o quanto tal prática exerce ou exerceu influência na suas características pessoais ou no seu estilo de vida. Além disso, é necessário verificar as transições ecológicas que ocorrem no desenvolvimento dessas meninas, e também meninos vítimas da ESCA. A transição ecológica ocorre sempre que a posição da pessoa no meio ambiente é alterada em função de uma mudança de papel, ambiente ou ambos (BRONFENBRENNER, 1979/2002). A partir desse movimento duas formas de transição podem ser distinguidas: a normativa e a não-normativa. O envolvimento de meninas e meninos com a exploração sexual pode ser compreendido como um evento não-normativo, uma vez que está associado a uma situação não esperada e não saudável para o desenvolvimento de qualquer pessoa. A análise desse componente poderá responder como essa transição gera mudanças na percepção que possuem

sobre si mesmas e sobre a relação que estabelecem com outras pessoas e com a rede de exploração e a rede de proteção.

Considerações Finais

Tratar ecologicamente da exploração sexual de crianças e adolescentes é permitir uma reflexão que desacomoda, (d)enuncia e problematiza uma violação de direitos humanos. De acordo com os dados recebidos através do Disque Denúncia Nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) um total de 123.322 denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes já foram contabilizadas desde maio de 2003 até julho de 2010, sendo que 38,15% estão relacionadas a exploração sexual. Esses números não refletem toda a incidência da ESCA no país, pois muitos casos não são denunciados e, portanto, não são identificados. Quando esses casos não são apurados pelas unidades competentes no enfrentamento da exploração sexual, deixam de existir, assim como, as vítimas dessa violação. É necessário revelar essa realidade ainda tão cruel e invisível aos olhos da sociedade, mantida por uma série de fatores de risco presentes na pessoa, nos processos proximais, no contexto e no tempo. O olhar ecológico sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes objetiva ir além do risco, ao contemplar o “outro lado da moeda”, através da identificação dos fatores protetivos existentes em cada um dos níveis do modelo PPTC proposto por Bronfenbrenner (1979/2002). Tal abordagem permite um mapeamento da realidade existente, um diagnóstico sobre as fragilidades e as potencialidades relacionadas a ESCA, os quais conduzem as vítimas dessa violência a novas vitimizações ou não.

Articulando essa proposta com a Educação Ambiental é possível remeter a discussão ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis formulado na Rio-92, o qual sugere uma preparação para modificações necessárias que dependem de um entendimento coletivo. A vulnerabilidade social, a degradação humana e ambiental e a violência são como reflexos de uma sociedade que se baseia na superprodução e superconsumo de encontro a subprodução e subconsumo (CARVALHO, 2006). É essencial perceber a erosão de valores básicos, e o domínio da alienação e não-participação na transformação de realidades como eixos norteadores da reflexão ecológica da ESCA

REFERÊNCIAS:

- ABRAPIA – *Relatório Anual de Denúncias de Abuso e Exploração Sexual – Indicadores de 2002*. Disponível em < www.observatorioidainfancia.com.br > Acesso em 25/11/2009.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da União. Lei Federal n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.

- BRONFENBRENNER, U. *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados*. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese, 2ª Reimpressão, Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002. (Original publicado em 1979)
- BRONFENBRENNER, U & MORRIS, P. The ecology of developmental process. In: Lerner, R. M. (org.) *Handbook of child psychology: Theoretical model of human development*, 1998.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: A formação do Sujeito Ecológico*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.
- CECCONELLO, A. & KOLLER, S. Inserção Ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), p. 515-524, 2003.
- CERQUEIRA-SANTOS, E. *Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção*. Relatório Técnico. São Paulo: World Childhood Foundation, 2009.
- CERQUEIRA-SANTOS, E., MORAIS, N., MOURA, A. & KOLLER, S. Exploração Sexual de crianças e adolescentes: Uma análise comparativa entre caminhoneiros clientes e não-clientes do comércio sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, p. 446-454, 2008.
- CONVENÇÃO 182 – Disponível em < www.oitbrasil.org.br/ipecc/download/conv_182.pdf.> Acesso em 07/05/2010
- DE ANTONI, C. & KOLLER, S. H. A pesquisa ecológica sobre violência no microsistema familiar. Em S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 267-261). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- FALEIROS, E. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- FALEIROS, V. Redes de Exploração e abuso Sexual e Redes de Proteção. In: *CECRIA – 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Goiânia/Anais*, 1998.
- GARCIA, N. SILVEIRA, S & YUNES, M. Inserção Ecológica e os Estudos sobre risco, proteção e resiliência – Pesquisas e Intervenções em comunidades de baixa renda no Extremo Sul do Brasil. In: *Risco, Proteção e Resiliência*, no prelo, 2008.
- LEAL, M. *A Exploração Sexual de Meninos e Meninas na América Latina e no Caribe, Relatório Final* – Brasil, CECRIA, 1999.
- LIBORIO, R.. Adolescentes em Situação de Prostituição: Uma Análise sobre a Exploração Sexual Comercial na Sociedade Contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.23, nº 3, p. 263-272, 2005.
- MACHADO, M. A fofoca, o estigma e o silêncio: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 58, n. 26, 2006.
- NARVAZ, M.G. & KOLLER, S.H. O Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano. In: *Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e Intervenção no Brasil*. KOLLER, S. (org.) São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- OLIVEIRA, R & MARCON, S. Exploração Sexual Infante-Juvenil: causas, conseqüências e aspectos relevantes para o profissional de saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre – RS, 26(3), p. 345-357, 2005.
- PRATI, L, COUTO, Mª C; MOURA, A; POLETTI, M. & KOLLER, S. Revisando a Inserção Ecológica: Uma proposta de Sistematização, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, vol.21, nº13, p. 160-169, 2008.
- SEDH- *Secretaria Especial de Direitos Humanos* - Disponível em <www1.direitoshumanos.gov.br/.../exploracao__sexual/.../disque_denuncia> Acesso em 08/07/2010 as 13:15
- SERPA, M.G. *Exploração Sexual e Prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes* – Dissertação de Pós-Graduação em Psicologia não-publicada - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOUSA, S. *Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI*. Tese de doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SOUZA, R. & SOUZA, L. Os dilemas de nomeação: prostituição infanto-juvenil e conceitos relacionados. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 26, n. 2, 2009.